

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

FCC
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

CBM-BA

SOLDADO (CFS)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Ciências Naturais
- ▶ Informática
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direito Penal Militar
- ▶ Direitos Humanos
- ▶ Igualdade Racial e de Gênero



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CBM-BA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas SOLDADO (CFS)

DE ACORDO COM O ÚLTIMO EDITAL

CÓD: OP-095AB-26
7908403592258

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	33
3. Ciências Naturais	43
4. Informática	53
5. Direito Constitucional	65
6. Direito Administrativo	79
7. Direito Penal Militar	93
8. Direitos Humanos	107
9. Igualdade Racial e de Gênero	123

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2022)

Atenção: Para responder à questão, leia a crônica abaixo.

Um jornal é lido por muita gente, em muitos lugares; o que ele diz precisa interessar, senão a todos, pelo menos a um certo número de pessoas. Mas o que me brota espontaneamente da máquina, hoje, não interessa a ninguém, salvo a mim mesmo. O leitor, portanto, faça o obséquio de mudar de coluna. Trata-se de um gato.

Não é a primeira vez que o tomo para objeto de escrita. Há tempos, contei de Inácio e de sua convivência. Inácio estava na graça do crescimento, e suas atitudes faziam descobrir um encanto novo no encanto imemorial^a dos gatos. Mas Inácio desapareceu – e sua falta é mais importante para mim do que as reformas do ministério.^b

Gatos somem no Rio de Janeiro. Dizia-se que o fenômeno se relacionava com a indústria doméstica das cuícas, localizada nos morros. Agora ouço dizer que se relaciona com a vida cara e a escassez de alimentos. À falta de uma fatia de vitela, há indivíduos que se consolam comendo carne de gato, caça tão esquivada quanto a outra.

O fato sociológico ou econômico me escapa. Não é a sorte geral dos gatos que me preocupa. Concentro-me em Inácio, em seu destino não sabido.

Eram duas da madrugada quando o pintor Reis Júnior, que passeia a essa hora com o seu cachimbo e o seu cão, me bateu à porta, noticioso.^c Em suas andanças, vira um gato cor de ouro como Inácio – cor incomum em gatos comuns – e se dispunha a ajudar-me na captura^d. Lá fomos sob o vento da praia, em seu encalço. E no lugar indicado, pequeno jardim fronteiro a um edifício, estava o gato. A luz não dava para identificá-lo, e ele se recusou à intimidade. Chamados afetuosos não o comoveram tentativas de aproximação se frustraram. Ele fugia sempre, para voltar se nos via distantes. Amava.

Seria iníquo apartá-lo do alvo de sua obstinada contemplação, a poucos metros. Desistimos. Se for Inácio, pensei, dentro de um ou dois dias estará

de volta^e. Não voltou.

Um gato vive um pouco nas poltronas, no cimento ao sol, no telhado sob a lua. Vive também sobre a mesa do escritório, e o salto preciso que ele dá para atingi-la é mais do que impulso para a cultura. É o movimento civilizado de um organismo plenamente ajustado às leis físicas, e que não carece de suplemento de informação. Livros e papéis, sim, beneficiam-se com a sua presteza austera. Mais do que a coruja, o gato é símbolo e guardião da vida intelectual.

Depois que sumiu Inácio, esses pedaços da casa se desvalorizaram. Falta-lhes a nota grave e macia de Inácio. É extraordinário como o gato “funciona” em uma casa: em silêncio, indiferente, mas adesivo e cheio de personalidade. Se se agravar a mediocridade destas crônicas, os senhores estão avisados: é falta de Inácio. Se tinham alguma coisa aproveitável era a presença de Inácio a meu lado, sua crítica muda, através dos olhos de topázio que longamente me fitavam, aprovando algum trecho feliz ou através do sono profundo, que antecipava a reação provável dos leitores.

Podéria botar anúncio no jornal. Para quê? Ninguém está pensando em achar gatos. Se Inácio estiver vivo e não sequestrado, voltará sem explicações. É próprio do gato sair sem pedir licença, voltar sem dar satisfação. Se o roubaram, é homenagem a seu charme pessoal, misto de circunspeção e leveza; tratem-no bem, nesse caso, para justificar o roubo, e ainda porque maltratar animais é uma forma de desonestidade. Finalmente, se tiver de voltar, gostaria que o fizesse por conta própria, com suas patas; com a altivez, a serenidade e a elegância dos gatos.

(ANDRADE, Carlos Drummond. **Cadeira de balanço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020)

AMOSTRA

O cronista relata uma série de eventos ocorridos no passado. Um evento anterior a esse tempo passado está indicado pela forma verbal sublinhada em:

- (A) *Inácio estava na graça do crescimento, e suas atitudes faziam descobrir um encanto novo no encanto imemorial dos gatos.*
 (B) *Mas Inácio desapareceu – e sua falta é mais importante para mim do que as reformas do ministério.*
 (C) *Eram duas da madrugada quando o pintor Reis Júnior, que passeia a essa hora com o seu cachimbo e o seu cão, me bateu à porta, noticioso.*
 (D) *Em suas andanças, vira um gato cor de ouro como Inácio – cor incomum em gatos comuns – e se dispunha a ajudar-me na captura.*
 (E) *Se for Inácio, pensei, dentro de um ou dois dias estará de volta.*

2. (FCC - 2022)

Leia os **Textos 01 e 02** para responder à questão.

Texto 01



(Disponível em: <https://site.sabesp.com.br/site/interna/>)

Texto 02 Inquilinos

Ninguém é responsável pelo funcionamento do mundo. Nenhum de nós precisa acordar cedo para acender as caldeiras e checar se a Terra está girando em torno do seu próprio eixo na velocidade apropriada e em torno do Sol, de modo a garantir a correta sucessão das estações. Como num prédio bem administrado, os serviços básicos do planeta são providenciados sem que se enxergue o síndico – e sem taxa de administração. Imagine se coubesse à humanidade, com sua conhecida tendência ao desleixo e à improvisação, manter a Terra na sua órbita e nos seus horários, ou se – coroando o mais delirante dos sonhos liberais – sua gerência fosse entregue a uma empresa privada, com poderes para remanejar os ventos e suprimir correntes marítimas, encurtar ou alongar dias e noites, e até mudar de galáxia, conforme as conveniências de mercado, e ainda por cima sujeita a decisões catastróficas, fraudes e falência.

É verdade que, mesmo sob o atual regime impessoal, o mundo apresenta falhas na distribuição dos seus benefícios, favorecendo alguns andares do prédio metafórico e martirizando outros, tudo devido ao que só pode ser chamado de incompetência administrativa. Mas a responsabilidade não é nossa. A infraestrutura já estava pronta quando nós chegamos. Apesar de tentativas como a construção de grandes obras que afetam o clima e redistribuem as águas, há pouco que podemos fazer para alterar as regras do seu funcionamento.

Podemos, isto sim, é colaborar na manutenção da Terra. Todos os argumentos conservacionistas e ambientalistas teriam mais força se conseguissem nos convencer de que somos inquilinos no mundo. E que temos as mesmas obrigações de qualquer inquilino, inclusive a de prestar contas por cada arranhão no fim do contrato. A escatologia cristã deveria substituir o Salvador que virá pela segunda vez para nos julgar por um Proprietário que chegará para retomar seu imóvel. E o Juízo Final, por um cuidadoso inventário em que todos os estragos que fizemos no mundo seriam contabilizados e cobrados.

MATEMÁTICA

1. (FCC - 2025)

Dentre as 39 pessoas que fizeram pedidos em uma lanchonete no período da tarde, 10 pediram hambúrguer, sem acompanhamento, e 15 somente um cachorro-quente, também sem acompanhamento. Duas pessoas escolheram apenas um suco de laranja. O número de pessoas que pediu um hambúrguer e um suco de laranja foi o dobro do número de pessoas que pediram um cachorro-quente com o mesmo acompanhamento.

O número de pedidos de suco de laranja foi:

- (A) 13
- (B) 12
- (C) 17
- (D) 10
- (E) 14

2. (FCC - 2023)

Na conta armada da figura, cada letra representa um algarismo e letras diferentes representam algarismos diferentes.

$$\begin{array}{r}
 X W Y M \\
 + X W K M \\
 \hline
 K M Y X M
 \end{array}$$

O valor de $X + Y + W + K$ é

- (A) 9
- (B) 8
- (C) 10
- (D) 15
- (E) 12

3. (FCC - 2023)

João e um grupo de 5 amigos foram jantar e a conta, dividida igualmente por todos, saiu a R\$ 85,00 por pessoa. João decidiu fazer uma gentileza e pagar sozinho o vinho; o restante do valor é novamente dividido igualmente por todos. Se o valor pago por João foi R\$ 210,00, então cada um dos 5 amigos de João pagou, em reais, o equivalente a

- (A) 65,00
- (B) 60,00
- (C) 70,00
- (D) 75,00
- (E) 55,00

4. (FCC - 2022)

Oito cartões, numerados de 1 a 8, sem repetições, são distribuídos em duas caixas, A e B, de modo que a soma dos números dos cartões da caixa A seja igual à soma dos números dos cartões da caixa B. Se na caixa A há três cartões, então, certamente,

- (A) o cartão com número 8 está na caixa A.
- (B) o cartão com número 7 está na caixa A.
- (C) o cartão com número 3 está na caixa B.
- (D) os cartões com números 1 e 2 estão na caixa B.
- (E) o cartão com número 4 está na caixa B.

5. (FCC - 2022)

Uma gráfica tem 3 impressoras que trabalham em velocidades diferentes. Essa gráfica recebeu uma encomenda de impressão de 162 apostilas iguais. Sabe-se que a impressora 1 imprime 5 apostilas por minuto, a impressora 2 imprime 4 apostilas por minuto e a impressora 3 imprime 9 apostilas por minuto. Para que as impressoras comecem e terminem o trabalho ao mesmo tempo, a divisão da tarefa de impressão das 162 apostilas entre as três impressoras deve ser feita de modo que a impressora 2 imprima

- (A) 18 apostilas.
- (B) 36 apostilas.
- (C) 45 apostilas.
- (D) 24 apostilas.
- (E) 54 apostilas.

6. (FCC - 2022)

Uma costureira realiza compras em uma loja que vende tecido, por metro, em rolos de mesma largura. Ela costuma comprar, por mês, 12 rolos de tecido com 30 metros de comprimento cada um. No último mês, ela comprou a mesma quantidade de tecido em rolos de 18 metros de comprimento cada um. O número de rolos comprados pela costureira no último mês foi de

- (A) 18.
- (B) 14.
- (C) 15.
- (D) 20.
- (E) 24.

7. (FCC - 2022)

O técnico deverá escolher 11 dentre 14 jogadoras para iniciar uma partida de futebol feminino. No vestiário há apenas meninas com 18, 19, 20, 21 e 22 anos. O número de meninas com 18 e com 20 anos é o mesmo e o número daquelas que têm 19 anos é 3 vezes o número das com 18 anos. Existem 3 meninas de 21 anos e só uma delas irá jogar. Uma das que tem 18 anos está machucada e não vai jogar e a única jogadora que tem 22 anos também é a única goleira.

A soma das idades das 11 jogadoras que entram em campo é

- (A) 215.
- (B) 218.
- (C) 217.
- (D) 216.
- (E) 219.

8. (FCC - 2022)

Em um salão de festas há mesas com 4 lugares e com 6 lugares, com pelo menos uma mesa com 6 lugares. O salão comporta 56 convidados sentados. O maior número possível de mesas com 4 lugares é

- (A) 2.
- (B) 11.
- (C) 5.
- (D) 8.
- (E) 7

9. (FCC - 2022)

Um número foi pintado em cada uma das seis faces de um cubo de tal modo que todas as somas dos números que estão em faces opostas fossem iguais. Cinco dos números pintados são: 5, 6, 9, 11 e 14. O número pintado na sexta face é

- (A) 15
- (B) 16
- (C) 20
- (D) 12
- (E) 13

10. (FCC - 2022)

Em uma academia, 7 alunos fazem Pilates todos os dias e outros 9 alunos fazem Pilates em dias alternados. Antes de ontem, 13 alunos fizeram Pilates. O número de alunos que fizeram Pilates ontem foi

- (A) 9
- (B) 10
- (C) 16
- (D) 8
- (E) 12

11. (FCC - 2024)

João comprou, em uma loja, 2,50 metros de tecido por R\$ 96,00 cada metro. O tecido comprado tinha 70 em de largura e foi cortado em quadrados de 30 em de lado para fazer lenços. Essa mesma loja vende quadrados do mesmo tecido, de lado 30 em, por R\$ 216,00 a dúzia. Ao fazer os cortes sozinho, João economizou, por lenço, em R\$,

- (A) 4,00.
- (B) 2,00.
- (C) 3,00.
- (D) 2,50.
- (E) 3,50.

12. (FCC - 2024)

Uma confecção produziu três tipos de roupas de praia: 120 maiôs, 96 sungas e 84 bermudas. As roupas devem ser colocadas em caixas com o mesmo número de peças cada uma. Além disso, cada caixa só pode conter um tipo de roupa. O menor número de caixas a serem compradas é

- (A) 17.
- (B) 25.
- (C) 36.

CIÊNCIAS NATURAIS

1. (2026)

A abordagem interdisciplinar entre Física, Química e Biologia permite compreender fenômenos naturais e tecnológicos de forma mais ampla. Considerando essa integração, assinale a alternativa correta.

- (A) A contração muscular envolve ATP, reações químicas e princípios físicos de transferência de energia e trabalho.
- (B) A Biologia explica isoladamente todos os fenômenos do corpo humano, sem depender de conceitos químicos ou físicos.
- (C) A Física atua apenas no estudo de corpos celestes, não tendo aplicação em sistemas biológicos.
- (D) A Química restringe-se ao estudo laboratorial de substâncias, sem relação com processos vitais.
- (E) A interdisciplinaridade reduz a compreensão científica ao misturar áreas sem relação entre si.

2. (2026)

No estudo do sistema circulatório humano, o texto destaca a contribuição conjunta de diferentes áreas científicas. Assinale a alternativa que expressa corretamente essa relação.

- (A) A circulação sanguínea depende apenas da ação mecânica do coração, sem participação química.
- (B) A hidrodinâmica explica o fluxo sanguíneo, enquanto interações químicas envolvem a hemoglobina e o oxigênio.
- (C) A pressão arterial não pode ser analisada por princípios físicos, pois é exclusivamente biológica.
- (D) O transporte de oxigênio ocorre sem ligação com moléculas presentes no sangue.
- (E) As leis físicas são incompatíveis com a análise de sistemas vivos complexos.

3. (2026)

A ressonância magnética é citada no texto como exemplo de tecnologia em saúde que integra diferentes conhecimentos. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A ressonância magnética utiliza exclusivamente reações químicas para produzir imagens.
- (B) A técnica baseia-se na absorção de luz visível por tecidos biológicos.
- (C) Campos magnéticos e ondas de rádio alinham prótons em moléculas de água, permitindo formar imagens internas.
- (D) O exame depende da combustão de substâncias radioativas no organismo.
- (E) A ressonância magnética não possui relação com princípios da Física.

4. (2026)

A Primeira Lei de Newton, também chamada princípio da inércia, é aplicada no cotidiano em diferentes situações. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa lei.

- (A) Todo corpo em movimento tende a acelerar indefinidamente, mesmo sem força externa.
- (B) A energia total de um sistema sempre aumenta quando há movimento.
- (C) Dois corpos se atraem com força proporcional à distância entre eles.
- (D) Um corpo tende a permanecer em repouso ou movimento uniforme, salvo ação de força externa.
- (E) A massa de um corpo desaparece quando ele está em repouso.

5. (2026)

O uso do cinto de segurança em veículos é explicado, no texto, pelo princípio da inércia. Sobre essa aplicação, assinale a alternativa correta.

- (A) O cinto aumenta a velocidade do passageiro durante uma freada brusca.
- (B) O cinto elimina completamente a força da gravidade dentro do veículo.
- (C) O passageiro tende a parar instantaneamente quando o carro freia.

AMOSTRA

(D) O cinto impede qualquer transferência de energia no corpo humano.

(E) O corpo do passageiro tende a continuar em movimento, e o cinto atua como força de contenção.

6. (2026)

A Lei da Gravitação Universal, proposta por Isaac Newton, permite compreender fenômenos terrestres e astronômicos. Assinale a alternativa correta.

(A) Dois corpos com massa se atraem com força proporcional ao produto de suas massas e inversamente proporcional ao quadrado da distância.

(B) A gravidade atua apenas em corpos vivos.

(C) A Lua permanece em órbita porque não sofre nenhuma força.

(D) Objetos caem porque perdem massa ao serem soltos.

(E) A Terra orbita o Sol sem influência gravitacional.

7. (2026)

O princípio da conservação da energia afirma que a energia não pode ser criada nem destruída, apenas transformada. Com base no texto, assinale a alternativa correta.

(A) Em um ventilador, a energia elétrica desaparece após ligar o aparelho.

(B) Em um ventilador, a energia elétrica transforma-se em energia cinética e térmica.

(C) No balanço de um parque, não há transformação entre energia cinética e potencial.

(D) A energia só existe em sistemas biológicos.

(E) A conservação de energia contradiz o funcionamento de aparelhos domésticos.

8. (2026)

A Teoria da Relatividade Geral é apontada como essencial para a precisão do GPS. Assinale a alternativa correta.

(A) O GPS funciona apenas por reações químicas nos satélites.

(B) A relatividade é irrelevante para tecnologias de localização.

(C) Correções relativísticas são necessárias porque gravidade afeta espaço e tempo, influenciando os cálculos de localização.

(D) O GPS não utiliza satélites em órbita.

(E) A localização por GPS independe de qualquer teoria física.

9. (2026)

A teoria do eletromagnetismo, desenvolvida por Maxwell, é apresentada como base de tecnologias modernas. Assinale a alternativa correta.

(A) O eletromagnetismo explica apenas a queda dos corpos.

(B) Ondas eletromagnéticas impedem a transmissão de informações.

(C) Rádio, televisão e internet sem fio dependem exclusivamente de processos biológicos.

(D) Campos elétricos e magnéticos interagem, permitindo tecnologias como rádio, televisão e internet sem fio.

(E) O eletromagnetismo não possui aplicação prática no cotidiano.

10. (2026)

A identificação de compostos químicos é fundamental para ciência, indústria e sociedade. Assinale a alternativa correta.

(A) A identificação química é dispensável na produção de medicamentos.

(B) Compostos químicos só têm importância em laboratórios escolares.

(C) A caracterização de substâncias impede o desenvolvimento tecnológico.

(D) A identificação de compostos não contribui para a segurança de produtos.

(E) Conhecer estrutura, propriedades e funções das substâncias favorece inovação, segurança e eficiência.

11. (2026)

A relação entre estrutura química e propriedades dos compostos permite explicar suas aplicações. Assinale a alternativa correta.

(A) A disposição dos átomos e os tipos de ligação influenciam propriedades como solubilidade, reatividade e pontos de fusão e ebulição.

(B) Compostos com estruturas diferentes apresentam sempre as mesmas propriedades.

(C) A polaridade de uma molécula não interfere em sua solubilidade.

INFORMÁTICA

1. (FCC - 2025)

No Windows 10, funcionando em condições ideais, um Analista Judiciário de um Tribunal Regional do Trabalho, estando no prompt de comando - cmd executado como Administrador, aplicou ATTRIB + R para um dado arquivo porque ele pretende defini-lo como

- (A) de sistema.
- (B) leitura e gravação.
- (C) oculto.
- (D) morto.
- (E) somente leitura.

2. (FCC - 2025)

Um Tribunal Regional do Trabalho está enfrentando problemas de lentidão na inicialização, execução desnecessária de processos em segundo plano e dificuldade no gerenciamento de permissões de usuários em computadores que utilizam o Windows 10, instalado e funcionando em condições ideais. Com os devidos privilégios, a solução mais adequada para mitigar esses problemas é:

- (A) Realizar reinstalações periódicas do Windows 10 para remover processos desnecessários e garantir que o sistema continue operando com alto desempenho.
- (B) Ativar o Modo de Alto Desempenho nas configurações de energia para reduzir o consumo de memória RAM e melhorar o tempo de inicialização do sistema.
- (C) Desativar o Windows Defender Firewall e o Controle de Conta de Usuário (UAC) para diminuir a carga de processos em segundo plano e otimizar o desempenho da máquina.
- (D) Utilizar o Gerenciador de Tarefas para encerrar manualmente processos ativos no final do expediente, garantindo uma inicialização mais rápida a longo prazo.
- (E) Desabilitar alguns aplicativos na inicialização do sistema via Gerenciador de Tarefas, ajustar as permissões de usuário pelo Controle

de Conta de Usuário (UAC) e revisar as configurações de execução em segundo plano para melhorar o desempenho e reforçar a segurança.

3. (FCC - 2024)

O servidor de um Tribunal Regional do Trabalho ajustou corretamente o formato de data do seu computador no Windows 10 Home, em português, aberto e funcionando em condições ideais, por meio do Painel de Controle exibido por categoria, clicando em:

- (A) Relógio e Região e depois em Data e Hora.
- (B) Data e Hora e depois em Configurar Data.
- (C) Relógio e Região e depois em Região.
- (D) Data e Hora e depois em Ajustar Data.
- (E) Data e Hora e depois em Relógio e Região.

4. (FCC - 2024)

No prompt de comando do Windows 10, é possível obter o endereço IP do computador:

- (A) clicando em Alt+F12.
- (B) digitando o comando ipaddress e, após, pressionando Enter.
- (C) clicando em Configuração, digitando exibir IP e, após, pressionando Enter.
- (D) digitando o comando ipv4 e, após, pressionando Enter.
- (E) digitando o comando ipconfig e, após, pressionando Enter.

5. (FCC - 2024)

No Windows, funcionando em condições ideais, um usuário abriu a pasta A, selecionou um arquivo e pressionou a combinação de teclas CTRL + X. Em seguida, mudou para a pasta B e pressionou a combinação de teclas CTRL + V. O arquivo

- (A) que estava originalmente na pasta A foi compactado e gravado na pasta B.
- (B) que estava originalmente na pasta A foi movido para a pasta B.
- (C) continuou na pasta A e um atalho para ele foi criado na pasta B.

(D) que estava originalmente na pasta A foi copiado para a pasta B.

(E) foi colocado na área de transferência e, em seguida, enviado para a lixeira.

6. (FCC - 2024)

Considere que os itens entre < > são parâmetros do comando. No prompt de comando do Windows 10 utilizado em condições ideais no modo administrador, um usuário digitou os comandos PING <IP> e CD «nome-diretório» respectivamente para

(A) exibir as configurações de rede - criar um diretório.

(B) analisar um arquivo conectado - exibir dados de um diretório.

(C) rastrear a rota de um pacote de rede - apagar um diretório vazio.

(D) configurar a rede - criar um diretório.

(E) verificar se um host está online - entrar em um diretório.

7. (FCC - 2024)

No Windows 10, aberto e funcionando em condições Ideais, uma Analista necessita dificultar o rastreamento de sua localização ao se conectar a uma determinada rede wifi pública. Para tanto, ela clicou com o botão direito do mouse sobre o ícone da rede wifi localizado na barra de tarefa e selecionou a opção Abrir configurações de Rede e Internet, ativando a opção:

(A) Ocultar SSID da conexão para todas as redes conectadas em Central de Rede e Compartilhamento.

(B) Usar autenticação de dois fatores para esta conexão localizada em Propriedades da rede wifi conectada.

(C) Usar endereços de hardware aleatórios para esta rede localizada em Propriedades da rede wifi conectada.

(D) Definir o perfil da rede como privado localizada em Alterar opções avançadas de compartilhamento.

(E) Definir endereço IPv4 aleatório para todas as redes localizada em Alterar opções avançadas de compartilhamento da rede wifi conectada.

8. (FCC - 2022)

No sistema operacional Windows 10, funcionando em condições normais, pode-se obter informações de desempenho do computador, tais como uso de CPU e Memória, em uma aba do

(A) Exibidor de Performance.

(B) Gerenciador de Arquivos.

(C) Explorador de Tarefas.

(D) Gerenciador de Tarefas.

(E) Gestor da Barra de Tarefas.

9. (FCC - 2022)

No Microsoft Windows 10, um bombeiro está trabalhando com duas janelas abertas, uma com o navegador web e outra com o Microsoft Word. Estando na janela do navegador web ativa, para fechar essa janela rapidamente poderá utilizar a combinação de teclas

(A) ALT + TAB

(B) ALT + F4

(C) CTRL + F5

(D) ALT + DELETE

(E) SHIFT + F4

10. (FCC - 2022)

Após entrar nas configurações do sistema no Windows 10, em português e em condições ideais, um técnico clicou na opção Sobre, depois na opção Configurações Avançadas do Sistema e a janela Propriedades do Sistema foi aberta. Para permitir que o computador seja controlado remotamente ele precisa ativar a opção Permitir que este computador seja controlado remotamente, a partir de um clique na guia

(A) Avançado e na opção Configuração Remota.

(B) Avançado e na opção Administração Remota.

(C) Proteção do Sistema e na opção Configuração Remota.

(D) Remoto e no botão Avançado....

(E) Proteção do Sistema e no botão Configurar....

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2025)

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito,

- (A) tendo como objetivos fundamentais, dentre outros: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) regendo-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: prevalência dos direitos humanos; garantia do desenvolvimento nacional; não concessão de asilo político,
- (C) devendo buscar exclusivamente a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações,
- (D) sendo Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público da União.
- (E) sendo que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, não sendo possível o exercício do poder diretamente pelo povo.

2. (FCC - 2024)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos

- (A) repúdio ao racismo.
- (B) igualdade entre os entes federados.
- (C) pluralismo político.
- (D) independência nacional.
- (E) não-intervenção.

3. (FCC - 2024)

Ao apreciar a constitucionalidade da previsão legal relativa à separação obrigatória de bens nos casamentos e uniões estáveis com pessoa maior de setenta anos, o Supremo Tribunal Federal assestou que sua aplicação absoluta implica violação de determinado princípio, consagrado como norma constitucional, “em duas de suas vertentes: I. da autonomia individual, porque impede que pessoas capazes para praticar atos da vida civil façam suas escolhas existenciais livremente; e II. do valor intrínseco de toda pessoa, por tratar idosos como instrumento para a satisfação do interesse patrimonial dos herdeiros”. A mesma norma constitucional havia sido invocada como razão de decidir pela Corte, ao concluir pela inconstitucionalidade de regulamento técnico que restringia a doação de sangue por homossexuais, com base no estabelecimento de grupos, e não de condutas de risco na ocasião; na ocasião, consignou que a aludida norma constitucional “busca proteger de forma integral o sujeito na qualidade de pessoa vivente em sua existência concreta”, e que estaria sendo violada por afrontar a autonomia privada das pessoas, ao impedir “que elas exerçam plenamente suas escolhas de vida, com quem relacionar, com que frequência, ainda que de maneira sexualmente segura e saudável; e a sua autonomia pública, pois se veda a possibilidade de auxiliarem àqueles que necessitam, por qualquer razão, de transfusão de sangue”.

O princípio referido nos julgados em questão, consagrado como fundamento da República Federal do Brasil, é o da

- (A) dignidade da pessoa humana.
- (B) igualdade.
- (C) prevalência dos direitos humanos.
- (D) promoção do bem de todas, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (E) cidadania.

4. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, dentre outros:

- (A) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político; igualdade entre os Estados.
- (B) independência nacional; não intervenção; não concessão de asilo político.
- (C) prevalência dos direitos humanos; não integração cultural dos povos da América Latina; intervenção.
- (D) repúdio ao terrorismo; intervenção; defesa da paz.
- (E) repúdio ao racismo; solução pacífica dos conflitos; autodeterminação dos povos.

5. (FCC - 2023)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. permitir a livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Está **correto** o que consta de

- (A) I e III, apenas
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

6. (FCC - 2022)

A Constituição brasileira é a Constituição de um país de economia de mercado; de um país capitalista, se preferir. O sistema econômico capitalista é fundado na desigualdade e dela depende: para que o capitalismo funcione, é preciso que haja o capitalista e o empregado, por exemplo, que sempre estarão em condições desiguais. O Direito pode regular as relações de trabalho de modo a proteger quem é mais vulnerável nessa relação. Isso só faz sentido se o Direito não tiver por fim eliminar a relação desigual, mas regulá-la, protegendo a parte mais fraca. Assim, a Constituição não é refratária à desigualdade econômica em si.

(Adaptado de: FOLLONI, A.; FLORIANI NETO, A. B. "Desigualdade econômica na Constituição...". *Novos Estudos Jurídicos*, v. 23, n. 2, maio/ago. 2018, p. 593)

Considerando as informações presentes no texto e o próprio documento da Carta Magna brasileira, entende-se que a Constituição Federal de 1988 regula as relações presentes na sociedade brasileira quando afirma a

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização, em seu artigo 4o.
- (B) redução das desigualdades sociais e regionais, em seu artigo 3o.
- (C) solução pacífica dos conflitos, em seu artigo 4o.
- (D) plena liberdade de associação para fins lícitos, em seu artigo 5o.
- (E) livre expressão da atividade intelectual, em seu artigo 5o.

7. (FCC - 2022)

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 elenca um rol de direitos e garantias fundamentais

- (A) exaustivo, podendo ser ampliado por meio de uma nova Assembleia Nacional Constituinte.
- (B) exaustivo, podendo ser ampliado por meio de Emenda Constitucional.
- (C) exemplificativo, pois não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios constitucionais, ou dos tratados internacionais de que o Brasil seja parte.
- (D) taxativo, não admitindo ampliação.
- (E) exemplificativo, pois podem ser suprimidos por Emenda Constitucional.

8. (FCC - 2025)

Um determinado município convocou audiência pública para debater o plano de educação local, tendo como uma das diretrizes a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Uma pessoa presente à audiência, representando um grupo denominado "orgulho LGBTQIA+", propôs que se fizesse constar do referido plano a obrigação de as escolas municipais coibirem as discriminações por gênero, por identidade de gênero e por orientação sexual, de sorte a se coibir o bullying e as discriminações em geral de cunho machista (contra meninas cisgêneras e transgêneras) e homotransfóbicas (contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais),

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2024)

Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública podem ser identificados também nas normas que disciplinam as funções executivas, a exemplo do princípio da

- (A) impessoalidade, que exige a realização de concurso público para a contratação de servidores para ocupar cargo em comissão.
- (B) publicidade, inserto na obrigatoriedade de publicação dos editais e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- (C) transparência, que veda, em caráter irrestrito, o sigilo de documentos e orçamentos durante o processo de licitação.
- (D) moralidade pública, que veda a contratação direta de locações de imóveis, impondo a necessidade de realização de licitações.
- (E) eficiência, que permite a contratação direta nos casos em que se demonstrar a existência de preço inferior ao resultado da licitação.

2. (FCC - 2022)

Nos contratos administrativos, a interpretação favorável ao interesse público primário diz respeito àquela em que, cabendo mais de uma interpretação sobre determinado princípio contratual, deve ser adotada

- (A) aquela em que qualquer cláusula que contrarie o interesse público deve ser considerada não escrita quando da avença entre Administração e contratado.
- (B) a solução que restrinja os interesses do particular, aplicando interpretação literal e restritiva aos dispositivos contratuais que lhes consagrem benefícios.
- (C) a solução mais favorável aos interesses da coletividade, o que, necessariamente, não significa dever de optar pela melhor interpretação conforme o interesse patrimonial da Administração contratante.
- (D) a que confira presunção relativa de legitimidade, considerando-se, até prova em contrário, que as cláusulas estão sendo praticadas conforme as disposições legais.

(E) a solução que permita a alteração unilateral pela Administração Pública sempre que um motivo superveniente de interesse público ocorra, afetando as disposições do contrato inicialmente avençado.

3. (FCC - 2022)

São dois princípios constitucionais que regem a Administração Pública:

- (A) Legalidade e razoabilidade.
- (B) Razoabilidade e impessoalidade.
- (C) Moralidade e motivação.
- (D) Motivação e legalidade.
- (E) Impessoalidade e moralidade.

4. (FCC - 2024)

A grande maioria das compras públicas necessitam de licitação, que, por sua vez, apresenta alguns princípios básicos legais. O princípio relacionado à honestidade do gestor do processo é denominado

- (A) Igualdade.
- (B) Legalidade.
- (C) Impessoalidade.
- (D) Probidade.
- (E) Moralidade.

5. (FCC - 2022)

A imposição de obrigações e restrições aos administradores, apenas nos limites necessários ao atingimento do interesse público colimado, constitui um corolário do princípio da

- (A) proporcionalidade, que predica adequação entre meios e fins.
- (B) legalidade, que é um princípio prevalente, cuja incidência afasta a dos demais.
- (C) eficiência, o qual, contudo, aplica-se à Administração Pública apenas subsidiariamente.
- (D) isonomia, o qual, todavia, pode ser afastado em prol da supremacia do interesse público.
- (E) razoabilidade, que impede a Administração Pública de atuar com poder de império.

AMOSTRA

6. (FCC - 2022)

No que diz respeito ao princípio da autotutela, é correto afirmar:

(A) A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Contudo, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, somente o Poder Judiciário poderá anulá-los, quando provocado.

(B) Somente o Poder Judiciário pode revogar ou anular os atos da Administração pública, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

(C) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, independente da observância acerca de eventuais direitos adquiridos.

(D) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

(E) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, mantidos, contudo, os direitos que deles se originaram, em obediência ao princípio da segurança jurídica. A revogação por motivo de conveniência ou oportunidade, caberá apenas ao Poder Judiciário, a fim de que sejam respeitados os direitos adquiridos.

7. (FCC - 2022)

Identifica-se a natureza de determinado ato como administrativo quando, dentre outras hipóteses,

(A) editado por autoridade integrante dos quadros de pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração pública, assim não se considerando quando emanados de entes com natureza jurídica de direito privado.

(B) veicular manifestação de vontade da Administração pública e tiver sido editado por

agente público no regular exercício de suas funções, para fins de reconhecimento ou atribuição de direito a um administrado.

(C) tiver a motivação de sua edição explicitada no corpo da manifestação de vontade, sendo facultativa a existência do motivo da edição.

(D) quando o escopo de sua edição for o atingimento de uma finalidade pública, não se considerando como tal os atos que conferem ou reconhecem direitos aos administrados.

(E) tiver observado forma específica prevista em lei, não se admitindo tal natureza aos atos inominados editados no exercício de funções ordinárias da Administração pública.

8. (FCC - 2022)

O representante legal de empresa privada que pretendia iniciar atividades em determinado município protocolou, em órgão estadual, requerimento conjunto de licenciamento urbanístico e licenciamento ambiental para as operações. O agente estadual, recentemente classificado na unidade, analisou o pleito e, ao final, deferiu o pedido e providenciou a emissão das respectivas licenças. Ocorre que posteriormente, em sede de correção, o superior hierárquico do agente identificou que a competência para a licença urbanística solicitada era municipal, cabendo ao Estado, naquele caso, somente a competência ambiental.

Diante dos fatos apresentados, a licença urbanística

(A) poderá ser revogada pelo superior hierárquico, diante do vício de competência.

(B) deverá ser convalidada pela autoridade municipal, em razão da teoria da aparência.

(C) apresenta vício de legalidade insanável, considerando que emitida por autoridade incompetente, integrante de outro ente federativo.

(D) é válida e regular, considerando que se trata de ato vinculado.

(E) deve ser revogada, caso a autoridade competente constatare o não preenchimento dos requisitos legais necessários para a emissão.

9. (FCC - 2022)

Constitui um dos elementos ou requisitos do ato administrativo a

(A) finalidade.

(B) autoexecutoriedade.

(C) tipicidade.

DIREITO PENAL MILITAR

1. (2026)

O Ministério Público do Estado Alfa ofereceu denúncia em face de Lucas e Mário, policiais militares do referido ente federativo, sob o fundamento de que eles, atuando de forma dolosa, reuniram-se e agiram contra a ordem recebida de superior hierárquico na instituição.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é correto afirmar que Lucas e Mário responderão pelo(s) crime(s) de

- (A) omissão de lealdade militar e revolta, em concurso de crimes.
- (B) revolta e motim, em concurso de crimes.
- (C) omissão de lealdade militar.
- (D) revolta.
- (E) motim.

2. (2026)

Afirma o Código Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.001/69) que “deixar o militar de levar ao conhecimento do superior o motim ou a revolta de cuja preparação teve notícia ou, se presenciar o ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo”, configura o crime de:

- (A) Recusa de Obediência.
- (B) Omissão de Lealdade Militar.
- (C) Conspiração.
- (D) Traição.
- (E) Incitamento.

3. (2025)

Jorge dos Santos, militar, foi realizar estágio no exterior, em país amigo, diante de convênio de cooperação. No período do seu projeto de cooperação, testemunhou movimento de militares locais que ocuparam quartéis para, com o uso de violência, protestar contra a disciplina imposta pelos superiores. Caso esses fatos tivessem ocorrido no Brasil, nos termos do Código Penal Militar, seria tipificado o crime de:

- (A) revolta
- (B) motim
- (C) revolução
- (D) desobediência

4. (2023)

Nos termos do Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), considere hipoteticamente que Soldado Paulo, Soldado José e Cabo Mário, militares lotados no 4º Batalhão da capital, se reuniram, sem armas e se negaram a cumprir ordem manifestamente legal de superior hierárquico, além de agir contra a referida ordem. Nesse caso, está configurado o crime de

- (A) revolta.
- (B) omissão de lealdade militar.
- (C) motim.
- (D) Do apologia de fato criminoso.
- (E) organização de grupo para a prática de violência.

5. (2022)

Com base no Código Penal Militar, é **correto** afirmar que

- (A) o princípio da insignificância se aplica aos crimes militares de posse de entorpecente, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- (B) a diferença entre motim e revolta é que, no motim, os agentes estão armados.
- (C) o crime de conspiração ocorre quando os militares se ajustam para a prática de motim ou revolta.
- (D) o uso indevido de uniforme, quando praticado por militar, configura transgressão disciplinar e, quando praticado por civil, é crime.
- (E) o crime de desrespeito a superior pode ocorrer na forma dolosa ou culposa.

6. (2022)

Suponha que determinado grupo de policiais militares se reuniram e, armados, agiram contra a ordem expressa recebida de superior. Nesse caso, de acordo com o Código Penal Militar (CPM), está caracterizado o crime de

- (A) desobediência.
- (B) insubmissão.
- (C) traição.

AMOSTRA

- (D) motim.
(E) revolta.

7. (FCC - 2023)

De acordo com o que estabelece o Código Penal Militar sobre o crime de violência contra superior (art. 157),

- (A) se a violência é praticada com arma, a pena é aumentada de 1/6 a 1/3.
(B) a pena é aumentada da metade, se o crime ocorre em serviço.
(C) a pena é dobrada, se da violência resulta morte.
(D) se da violência resulta lesão corporal, aplica-se, além da pena da violência, a do crime contra a pessoa.
(E) se o superior é comandante da unidade a que pertence o agente, ou oficial general, a pena é aumentada da sexta parte.

8. (2023)

Com base no Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), considerando o crime Violência contra superior disposto no artigo 157 do Código Penal militar, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

- () No crime de violência contra superior a pena é de detenção, de três meses a dois anos.
() É forma qualificada se o superior for comandante da unidade a que pertence o agente, ou oficial general.

() Se a violência é praticada com arma, a pena é aumentada de um sexto.

() Se da violência resulta lesão corporal, aplica-se, além da pena da violência, a do crime contra a pessoa.

() A pena é aumentada da metade, se o crime ocorre em serviço.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- (A) V, F, F, V, F.
(B) V, V, V, V, V.
(C) V, V, F, V, F.
(D) V, V, F, F, F.
(E) F, V, F, V, F.

9. (2022)

Em tempo de paz, Jarbas, segundo tenente, se viu totalmente frustrado com o serviço militar e, na saída do Batalhão, resolveu atirar dolosamente contra o Comandante, resultando em lesão corporal deste último. Nesse caso, é possível afirmar que:

- (A) Jarbas praticou o crime de violência contra superior na forma simples.
(B) Se as circunstâncias evidenciarem que Jarbas não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena do crime contra a pessoa é diminuída de dois terços.
(C) Além da pena do crime de violência contra superior, Jarbas se sujeitará a pena de crime contra a pessoa.
(D) Jarbas responderá pelo crime de ameaça militar, na forma qualificada, bem como por crime de lesão corporal sem resultado morte.
(E) O uso da arma de fogo aumentará a pena de Jarbas em dois terços.

10. (2022)

Se a violência no crime de “violência contra superior”, previsto no artigo 157 do Código Penal Militar, for praticada com arma, a pena é:

- (A) Extinta.
(B) A de morte.
(C) Diminuída de um sexto.
(D) Aumentada de um terço.

11. (2025)

Nos termos do Código Penal Militar, é correto afirmar que o militar que, diante de tropa, motivado por desprezo ou vilipêndio, retira e joga fora símbolos militares (uniforme, medalhas, insígnias, distintivos), pratica o crime militar de

- (A) revolta e terá sua pena aumentada de um terço, pois sua conduta ocorreu diante de tropa.
(B) despojamento desprezível e terá sua pena aumentada de metade, pois sua conduta ocorreu diante de tropa.
(C) desrespeito e terá sua pena aumentada de metade, pois sua conduta ocorreu diante de tropa.
(D) incitamento e terá sua pena aumentada de um terço, pois sua conduta ocorreu diante de tropa.

DIREITOS HUMANOS

1. (FCC - 2024)

Documento que é considerado um marco na história dos direitos humanos e proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações,

- (A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, enuncia uma gama de direitos e liberdades que não poderão, em nenhum caso, ser exercidos contrariamente às finalidades e aos princípios das Nações Unidas.
- (B) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, constitui uma Comissão e uma Corte de Direitos Humanos como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes no Pacto.
- (C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que o exercício pelos indivíduos dos direitos e liberdades que enuncia só poderá ser limitado pela lei, exclusivamente com o fim de garantir o exercício dos direitos e liberdades dos outros.
- (D) o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966 consigna que os Estados-Partes comprometem-se assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais que enumera.
- (E) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, prevê que nenhuma de suas disposições poderá ser interpretada de forma a excluir outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou decorrentes de forma democrática de governo.

2. (FCC - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas e prevê que as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio

- (A) gozarão da mesma proteção social.
- (B) deverão gozar de um patamar mínimo de direitos, de acordo com o contexto nacional.
- (C) adquirirão a nacionalidade de suas genitoras, quando não atenderem ao regramento nacional para aquisição de nacionalidade.
- (D) têm direito a cuidados e assistência especiais, exceto para aquelas advindas de adoção simples.
- (E) obterão a proteção estatal quando o poder familiar não decorrer do nascimento com vida.

3. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

- (A) todo ser humano tem direito à educação, favorecendo a amizade apenas entre todos os grupos raciais, mas não a amizade entre todos os grupos religiosos.
- (B) todo ser humano tem direito à educação, obrigatória no ensino fundamental e superior, sendo que esta última será baseada na condição social e não no mérito.
- (C) todo ser humano tem direito à educação, a qual será gratuita obrigatoriamente nos graus elementares, fundamentais e superiores.
- (D) a educação elementar não é obrigatória, sendo gratuito o ensino técnico-profissional.
- (E) os pais têm prioridade do direito na escolha do gênero de educação que será ministrada a seus filhos.

4. (FCC - 2023)

Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948,

(A) todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção, salvo se fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença a pessoa.

(B) ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo em período de guerra declarada de acordo com as leis de caráter nacional e internacional.

(C) todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, ainda que a perseguição seja motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

(D) ninguém será mantido em escravidão ou servidão, sendo a escravidão e o tráfico de escravos proibidos em todas as suas formas.

(E) ninguém poderá ser culpado por ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito, admitindo-se apenas a imposição de pena mais grave do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso, se previsto em norma de direito internacional.

5. (FCC - 2022)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

(A) foi o primeiro diploma a reconhecer o direito à comunicação, à informação e ao acesso às novas tecnologias.

(B) estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

(C) dispõe que todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

(D) tem um capítulo exclusivo para a defesa e proteção dos índios e das comunidades tradicionais.

(E) foi aprovada na IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, em 1948.

6. (FCC - 2021)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu preâmbulo, de forma expressa,

(A) proclama a Declaração como ideal comum a ser conquistado pelos diferentes povos em suas lutas históricas presentes e futuras.

(B) considera legítima a rebelião contra a tirania e a opressão, desde que dentro dos limites apontados na própria Declaração.

(C) destaca ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações e que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei.

(D) conclama todos os povos e nações a pactuar, por tratados e convenções, compromissos de observância da Declaração.

(E) propõe, para evitar que se repitam, o repúdio público e a sanção aos atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade.

7. (FCC - 2025)

Considere:

I. Não se admitirá qualquer restrição ou suspensão dos direitos humanos fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer Estado Parte do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos em virtude de leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob pretexto de que referido Pacto não os reconheça ou os reconheça em menor grau.

II. Qualquer pessoa que seja privada de sua liberdade por prisão ou encarceramento terá o direito de recorrer a um tribunal para que este decida sobre a legalidade de seu encarceramento e ordene sua soltura, caso a prisão tenha sido ilegal.

III. O Comitê de Direitos Humanos, composto de 27 membros, estudará os relatórios apresentados pelos Estados Partes do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, não transmitindo, entretanto, aos Estados Partes seu próprio relatório.

De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II, apenas.

(D) I, II e III.

(E) III, apenas.

IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

1. (FCC - 2025)

Adriano, ciente da morte de seu grande inimigo, Roger, passou a falar para todos os moradores de sua pequena cidade que Roger era um grande bandido, pois era responsável pela receptação de todos os veículos furtados na região.

Neste caso:

(A) se houver comprovação de que Roger, em vida, havia provocado Adriano diretamente e de forma reprovável, o juiz poderá deixar de aplicar pena.

(B) somente será admitida a exceção da verdade se Roger, em vida, tiver sido funcionário público e a ofensa tenha sido relativa ao exercício de suas funções.

(C) se for processado pelos familiares de Roger, a defesa de Adriano poderá alegar que não é punível a calúnia contra os mortos.

(D) por se tratar de delito cometido contra o respeito aos mortos, será inviável o reconhecimento do crime de calúnia.

(E) se for processado pelos familiares de Roger, a defesa de Adriano poderá provar a verdade dos fatos, aplicando-se a exceção da verdade.

2. (FCC - 2023)

Marcelo, irritado com Mônica, sua colega de trabalho, durante almoço com demais colegas da repartição pública onde trabalham, aproveitando-se da ausência de Mônica, espalha a informação de que ela, toda tarde, antes de voltar para a casa onde vive com seu marido, passa na casa de um outro homem, com quem mantém relações extracônjugais. Diante da situação hipotética descrita, Marcelo praticou, em tese, o crime de

(A) calúnia.

(B) injúria.

(C) difamação.

(D) rixa.

(E) constrangimento ilegal.

3. (FCC - 2022)

A retorsão imediata, no crime de injúria, conforme prevista no Código Penal,

(A) corresponde à humilhação produzida ao ofendido em face da concretização da ofensa.

(B) refere-se à faculdade atribuída ao ofendido de prender em flagrante o autor da ofensa.

(C) quando consistir em outra injúria, pode motivar o juiz a deixar de aplicar a pena.

(D) isenta o ofensor de indenizar o dano moral, preservando, todavia, a responsabilidade penal.

(E) agrava a pena prevista para o crime e autoriza a investigação policial sem pedido da vítima.

4. (FCC - 2022)

João, no intervalo do almoço, comenta maliciosamente com José, seu colega de trabalho em uma empresa privada, que Jéssica, conhecida de ambos por trabalhar no mesmo local, recebe, toda noite, quando seu marido está trabalhando, a visita de um outro homem em sua casa. A notícia se espalha na empresa, chegando ao conhecimento de Jéssica, que descobre de quem partiu a origem da fofoca. Diante do caso hipotético em questão, e do que dispõe o Código Penal, João

(A) praticou, com um só ato, os crimes de calúnia, injúria e difamação contra Jéssica.

(B) praticou o crime de calúnia contra Jéssica.

(C) praticou o crime de injúria contra Jéssica.

(D) não praticou nenhum crime, caso prove a veracidade do que alegou.

(E) praticou o crime de difamação contra Jéssica.

5. (FCC - 2024)

De acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, é correto afirmar:

(A) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar o progresso adequado de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a eles igual exercício de direitos humanos, ainda que tais medidas conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais.

(B) Essa Convenção também se aplica às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Parte entre cidadãos e não cidadãos.

(C) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais para proporcionar a tais grupos igual gozo de direitos humanos, podendo tais medidas prosseguir, de acordo com cada Estado Parte, após terem sido alcançados os seus objetivos.

(D) Nada nesta Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados Partes, relativas à nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.

(E) "Discriminação racial" significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas apenas em raça ou cor que tem por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, num mesmo plano, de direitos humanos em qualquer domínio da vida pública.

6. (FCC - 2024)

O Estado "X", Parte na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, julgou que o Estado "Y", igualmente Parte, não aplicou as disposições nela contidas. Assim, chamou a atenção do Comitê, o qual trata da eliminação da discriminação racial, sobre a questão. Então, o Comitê transmitiu a comunicação ao Estado Parte "Y" que, no prazo de

(A) um ano, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de dezoito meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.

(B) três meses, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de seis meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, tanto um como o outro terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, endereçando uma notificação ao Comitê assim como ao outro Estado interessado.

(C) dois meses, no máximo, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de um ano a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

